

**“NÃO MATEMOS M'BATONHA, M'BATONHA É O NOSSO PULMÃO”:  
A LAGOA DE M'BATONHA NO CENTRO DE UMA CRISE  
SOCIOAMBIENTAL EM BISSAU (GUINÉ BISSAU)<sup>1</sup>**

**Jessica Nunes Correia<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Comumente, a devastação das zonas naturais e úmidas no centro da cidade ocorre em decorrência do crescimento populacional. Em relação a Bissau, capital da Guiné-Bissau, a devastação ocorre também por intermédio de interesses pessoais de alguns governantes, como é o caso da Lagoa de M'Batonha. Neste sentido, o artigo busca analisar e descrever o conflito socioambiental gerado na Lagoa de M'Batonha. Buscando descrever o processo de aterramento e aniquilação da lagoa para construção das benfeitorias, focaremos tanto nos discursos oficiais sobre o projeto quanto nos mecanismos de resistência movimentados pela sociedade civil, ambientalistas e representantes do principal grupo afetado: os Pepeis. Ao longo da discussão, verificamos que a Lagoa M'batonha, sendo um espaço natural de água doce, possui várias funções, tanto ecológicas quanto socioculturais. Após as análises, percebemos que uma das causas geradoras do conflito socioambiental na Lagoa M'batonha está relacionada a edificação de três infraestruturas, uma escola corânica, uma mesquita e um centro de saúde, as quais beneficiariam apenas certas comunidades em detrimento de outras que ali viviam. Não existem mais zonas úmidas nas baixas de Bissau. O único sobrevivente era o espaço M'batonha, conhecido como um lugar sagrado para os Pepeis, um lugar ativo de grande importância ecológica. Uma certa escolha do Estado pelo desenvolvimentismo acaba criando vários problemas ambientais e sociais. Um desenvolvimentismo que acaba não levando em conta as situações específicas de outros povos e quer impor certos modelos para a sociedade, sem pensar nas consequências.

**Palavra-chave:** responsabilidade ambiental; M'Batonha, Lagoa de (Bissau, Guiné-Bissau); sociologia ambiental.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Palermo Buti.

<sup>2</sup> Bacharela em Humanidades e graduanda na Licenciatura em Ciências Sociais pela UNILAB.

## ABSTRACT

Commonly, the devastation of natural and wetland areas in city centers occurs as a result of population growth. In Bissau, the capital of Guinea-Bissau, however, such devastation also takes place through the personal interests of certain government officials, as is the case of the M'Batonha Lagoon. In this context, the article seeks to analyze and describe the socio-environmental conflict venera-te at the M'Batonha Lagoon. By describing the process of landfilling and the annihilation of the lagoon for the construction of infrastructure, the study focuses both on official discourses regarding the project and on the resistance mechanisms mobilized by civil society, environmentalists, and representatives of the main affected group: the Pepel people. Throughout the discussion, it is observed that the M'Batonha Lagoon, as a natural freshwater space, fulfills several functions, both ecological and sociocultural. After the analyses, it becomes evident that one of the causes of the socio-environmental conflict at the M'Batonha Lagoon is related to the construction of three infrastructures—a Quranic school, a mosque, and a health center—which would benefit only certain communities to the detriment of others who lived there. There are no longer wetlands in the lowlands of Bissau. The only remaining one was the M'Batonha area, known as a sacred place for the Pepel people and an active site of great ecological importance. A certain state choice in favor of developmentalism ends up creating various environmental and social problems. This form of developmentalism fails to take into account the specific situations of other peoples and seeks to impose certain models on society without considering their consequences.

**Keywords:** environmental responsibility; M'Batonha, Lagoa de (Bissau, Guinea-Bissau); environmental sociology

## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2023, surgiu a polêmica envolvendo a Lagoa M'batonha, com novo projeto do atual governo de construir uma escola corânica, uma mesquita e um centro de saúde no local, o que causou revolta de alguns ambientalistas, sociedade civil da Guiné-Bissau, entidade tradicional dos Povos Pepéis e alguns moradores do centro da cidade de Bissau. Essa revolta por parte da população ocorreu porque a Lagoa M'batonha é um espaço natural de água doce que tem várias funções, tanto ecológicas quanto socioculturais, além de abrigar diversas formas de vida, tanto humanas quanto não humanas.

De acordo com Mendes (2021), Mendonça (2024) e Alimo (2023), a Lagoa M'batonha é um espaço de grande importância na zona urbana do país, visto que preserva a biodiversidade e regula o clima local. Por ser uma zona arborizada com característica de água doce, possibilita um habitat para várias espécies de animais e plantas. Por meio dos seus sedimentos finos, consegue reservar água das áreas mais rasas às mais profundas, das quais as vegetações continuam verdes até o período das chuvas, no qual recompõe a força vital em todo seu entorno. Além de tudo, é um reciclador de nutrientes pela decomposição de compostos orgânicos e inorgânicos, pois consegue absorver CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) pela sua vegetação herbácea.

A lagoa de M'batonha situa-se no centro da cidade de Bissau, a capital da Guiné-Bissau. Bissau, por sua vez, encontra-se no estuário do rio Geba e ao largo do Oceano Atlântico. Atualmente, tem uma população estimada de meio milhão de pessoas. A sua vegetação é caracterizada essencialmente pela floresta e mangais (tarrafes), nas suas áreas urbanas e periurbanas é vulnerável às mudanças climáticas. Como sendo a capital do país, Bissau tem grande força política e econômica e concentra importantes infraestruturas a nível nacional, como o porto, aeroporto, universidades, hospitais de referência e instituições governamentais (Benzinho; Joana, 2015; ONU-Habitat, 2019).

Segundo a ONU-Habitat (2019), sendo uma cidade litorânea, seu território é marcado por importantes áreas úmidas e bolanhas (arrozais) de cultivo de arroz e lagoas de água doce e salgada. O clima é tropical úmido, a temperatura média anual é de 26,5°C, e a amplitude térmica é muito baixa, de apenas 3°. Sua natureza morfológica é única, sendo que as bolanhas e rios ocupam a maior parte da terra. De acordo com Barros (2024) e UNO-Habitat (2019), o próprio país Guiné-Bissau é uma das mais vulneráveis da África Ocidental em relação às mudanças climáticas e aos riscos e perigos ambientais inerentes.

Biai (2019) lembra que, desde a primeira eleição multipartidária ocorrida em 1994, o país nunca viveu um círculo político favorável, por conta de golpes de Estado. Em consequência disso, um dos setores mais afetados por esta instabilidade política é o ambiental, o que permite a exploração desastrosa dos recursos naturais e degradação dos habitats para realização da urbanização e construção de novas infraestruturas da cidade. Este autor afirma que há danos que chegam a atingir os vegetais de grande valor ecológico e paisagístico na zona baixa de Bissau, área onde se encontram peixes, moluscos e crustáceos que servem de subsistência para a população de baixa renda.

Assim, podemos perceber que, na maioria das vezes, a devastação dessas zonas naturais e úmidas no centro da cidade se dá por meio do crescimento populacional. No caso da Guiné-Bissau, a maioria ocorre por intermédio de interesses pessoais de alguns governantes, como no

caso da Lagoa M'batonha. O objetivo do trabalho é analisar o conflito socioambiental gerado no lugar.

A predileção do objeto lagoa M'batonha tem a ver com a polêmica envolvendo esse espaço. Como guineense e pertencente a um dos grupos étnicos envolvidos (os Povos Pepeis) acompanhei de perto as notícias que falavam sobre Lagoa M'batonha e postagens nas redes sociais de algumas pessoas, como no Facebook do rádio Sol Mansi, na página do ativista Sumaila da Guiné, no perfil de Instagram do sociólogo Miguel de Barros e outras páginas de grandes influenciadores do país.<sup>3</sup> Os autores envolvidos na polêmica em torno da Lagoa M'batonha eram o governo, sociedade civil da Guiné-Bissau, ambientalistas, moradores do centro da cidade e a entidade tradicional Pepeis. Porém, como guineense, percebi que há uma necessidade de pensar e refletir sobre essa polêmica envolvendo o único espaço público ativo, natural de interações, tanto para as pessoas quanto para aves e outros animais.

Esse artigo, além de se sustentar pela relevância do seu objeto, resgata um pouco mais o posicionamento do governo da Guiné-Bissau no que diz respeito à apropriação de um patrimônio cultural em áreas de preservação ambiental sem autorização dos órgãos ambientais competentes. E o trabalho servirá como base de reflexão para os futuros governos eleitos, visando à formulação de políticas de proteção do meio ambiente e à prevenção da destruição das zonas úmidas no centro da capital, onde habitam diversas formas de vida.

Sendo assim, por meio desse trabalho bibliográfico, de abordagem qualitativa e exploratória, usamos as fontes diversificadas, como livros, dissertações, teses, artigos publicados nas revistas, documentos oficiais. Ainda buscamos trabalhar com notícias de jornal online e páginas que descreveram a Lagoa M'batonha e mostram a situação crítica relacionada a ela, como DW África (2023), E-Global (2023), Jornal Democrata (2023), VOA Português (2023), Rif (2023) e Tiniguena (2023).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/bissau.online/photos/bi%C3%B3logo-alerta-que-n%C3%A3o-se-deve-acabar-com-a-reserva-natural-de-lagoa-de-nbatonha/637572881701104/?\\_rdr](https://www.facebook.com/bissau.online/photos/bi%C3%B3logo-alerta-que-n%C3%A3o-se-deve-acabar-com-a-reserva-natural-de-lagoa-de-nbatonha/637572881701104/?_rdr).  
<https://www.radiosolmansi.net/index.php/News/parque-mbatonha-nao-tem-nenhum-tipo-de-estatuto-do-ponto-de-vista-ambiental-diz-o-ministro-do-ambiente.html>. Acesso em: 24 out. 2025.

<sup>4</sup> DW África (2023) é a emissora internacional da Alemanha, com os programas de rádio e página online. E trabalha com os países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. E-Global (2023) é uma página de notícias em português online que disponibiliza as informações gerais sobre as questões ligadas aos países de língua portuguesa espalhadas pelo mundo. A Tiniguena (2023) é uma organização não governamental guineense fundada em 1991, que visa promover o desenvolvimento participativo e durável, baseado na conservação dos recursos naturais e culturais e no exercício da cidadania. VOA português (2023) é o serviço de notícias em língua portuguesa da voz da América a rede de radiodifusão internacional financiada pelo governo dos Estados Unidos. A página fornece notícias, análises e outros conteúdos para a África lusófona, abordando também notícias dos Estados Unidos e do resto do mundo.

Para além desta pequena introdução, o presente artigo se organiza em quatro seções mais a conclusão. Na primeira faremos uma breve contextualização sobre Lagoa M'batonha; na segunda, focaremos na revisão de conceito de conflitos socioambientais; na terceira, faremos uma análise sobre o conflito na Lagoa M'batonha; na quarta, enfatizaremos os desafios para equilibrar projetos de conservação e desenvolvimento urbano, reforçando a importância da participação comunitária e da justiça ambiental. Nas considerações finais elencaremos as possíveis consequências e as medidas que precisam ser tomadas para a preservação da lagoa de M'Batonha.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA LAGOA M'BATONHA**

De acordo com Cassamá (2023), a Lagoa M'batonha é uma zona úmida, reconhecida nacionalmente como elemento central da ecologia urbana da Guiné-Bissau, e um lugar de alimentação, reprodução e descanso para aves residentes e migradoras oriundas da Europa e Ásia. Dados do Instituto de Pesquisa da Biodiversidade e Áreas Protegidas da Guiné-Bissau mostram que mais 125 espécies de aves (algumas das quais raras e ameaçadas de extinção) utilizam a lagoa durante todo o ano. Além disso, o local abriga também um conjunto de espécies, incluindo répteis, anfíbios, mamíferos, entre outros, representativo dos ecossistemas terrestres e aquáticos do país (Cassamá, 2023).

Em maio de 2016, o lugar foi consagrado como Parque Europa Lagoa M'batonha, na celebração dos 40 anos da parceria entre Guiné-Bissau e a União Europeia, em atenção, num processo contínuo de diálogo na procura da paz, da democracia, do desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos humanos. A Lagoa possuía um espaço de lazer, com equipamento de diversão: recreio infantil, ginásio para idosos e jovens, uma pista de corrida, equipamentos de apoio à prática desportiva, uma cafeteria, mesa de jogos, cadeiras de descanso, casa de banho e bebedouros, e tornou-se um espaço de grande acesso. O projeto foi financiado pela União Europeia e cofinanciado por CAMÕES (Instituto da Cooperação e da Língua) e pela Câmara Municipal de Bissau em parceria com a ONGD MONTE no âmbito do Projeto “Kau di Catchu, ku Kau di Pecadur” (Monte-Ace, 2016).

Por outro lado, a Lagoa M'batonha era concebida por Povos Pepeis “como um espaço sagrado, onde as katanderas<sup>5</sup> acreditam na sua força vital e realizam os seus rituais, porque elas acreditam que nessa lagoa existem vidas que simbolizam a memória ancestral e comunitária” (Nanque, 2024, p. 35). Por isso, de tempo em tempo, os Pepeis fazem os seus rituais na Lagoa M'batonha. A cada ano, as mulheres Pepeis, que são consideradas katanderas, vão à lagoa para afirmar os seus compromissos com seus ancestrais.

Segundo Nanque (2024), essa relação do povo Pepel com a Lagoa vem de uma tradição longa. Os mais velhos narram que os Povos Pepeis são os primeiros a povoar a cidade de Bissau. E o nome M'batonha foi dado em homenagem à memória coletiva do régulo fiador daquele território. Ele sempre defendeu a lagoa, resistindo ao sistema político do colonizador português da época, que queria tomar aquele lugar para construir algumas instituições que iriam contra o sistema arquitetônico Pepel e seus modos de vida.

Então, o que percebemos até aqui é que a Lagoa M'batonha, além de ser espaço natural de benefício ecológico, é também um dos templos sagrados dos Pepeis que habitam a cidade de Bissau. As reflexões que podemos traçar a partir disso são que a Lagoa M'batonha é um lugar que envolve elementos ambientais, culturais, religiosos e políticos. Portanto, é um espaço histórico de grande valor e serventia para diferentes tipos de usos para a população guineense e outras vidas que se abrigam nele, como se pode ver nas imagens que seguem:

---

<sup>5</sup> Katanderas é uma pessoa de sexo feminino para confluir na comunidade e serve como fio de elo entre o mundo dos vivos e dos mortos. Ela se legitima por meio de rituais que lhe legitimam e lhe dão o poder e direito de conduzir a comunidade Pepel tanto no momento ritualístico quanto em qualquer outra ocasião. Ou seja, uma pessoa de sexo masculino (homem) não pode ser katandera, apenas as de sexo feminino, como foi destacado antes. Para ser katandera é preciso a realização longa de várias outras cerimônias antes da sua legitimação, durante e depois (Nanque, 2024, p. 55).

**Imagem 1** - A Lagoa M'batonha, antes da construção da União Europeia



Fonte: Alimo (2023).

**Imagem 2** - Parque Europa Lagoa M'Batonha, Bissau



### 3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Segundo Layrargues (2000), o conceito de conflito socioambiental favorece o entendimento do problema ambiental não apenas da perspectiva biológica ou ecológica, mas social. Para o autor, os conflitos socioambientais são considerados conflitos sociais, cujos

instrumentos são elementos da natureza e que expressam relações de pressão entre interesses coletivos e privados de apropriação de espaços públicos.

Do ponto de vista de Little (2001), os conflitos socioambientais são disputas entre grupos sociais oriundos dos distintos tipos de relação que eles preservam com seu meio natural. O autor lembra que, dentro do conceito de socioambiental, podemos encontrar três dimensões básicas diferentes: primeiro, o mundo biofísico com muitos ciclos naturais; segundo o humano e suas estruturas sociais; e terceiro, relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos.

Por seu turno, Acsehrad (2004) define os conflitos socioambientais como situações que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território. Esses conflitos originam-se quando pelo menos um dos grupos é ameaçado na continuidade de suas formas sociais de apropriação do meio, devido a impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – resultantes do exercício das práticas de outros grupos. Nesta ótica, Porto e Bruno (2009) propõem a definição dos conflitos socioambientais como embate entre grupos sociais a partir de seus interesses e valores, envolvendo de forma central questões ecológicas, como o meio biofísico, o uso dos territórios e seus recursos naturais.

De acordo com Muniz (2010), a Ecologia Política discute o conceito de conflitos socioambientais, como sendo aqueles que nascem das disputas pelo acesso aos bens e serviços ambientais. Ou seja, são conflitos que são travados em torno das dificuldades do uso e da apropriação dos recursos naturais entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum.

Por isso, Silva e Sato (2012) afirmam que o estudo dos conflitos socioambientais ocorre em um campo polissêmico, caracterizado por disputas que pressupõem relações de poder que permeiam as práticas sociais. Para Silva e Sato, os conflitos surgem quando os territórios apropriados por grupos que apresentam modos diferenciados de viver e de se relacionar com o meio chocam-se com a dominação exercida pelo poder do capital. Nos espaços em que se estabelecem os conflitos socioambientais, não estão em disputa somente os bens e os serviços ecossistêmicos, mas também as formas distintas de apropriação dos territórios, assim como a manutenção da cultura. Segundo Pinto *et al.* (2014), os conflitos socioambientais representam um perigo ao modo de vida das comunidades tradicionais e ao conhecimento ecológico local, construído entre grupos sociais com o ambiente ao longo das gerações.

Dentre as definições sobre o conflito socioambiental, podemos notar as divergências de ideais entre autores. Para alguns autores, os conflitos socioambientais representam diferentes

concepções sobre o mesmo problema, sendo conflitos que não pertencem a um ou outro ator, mas a todos os envolvidos, incluindo aqueles que não residem naquele território, mas que de alguma forma têm interesse nele. Por exemplo, no caso da Lagoa M'batonha, nem todas as pessoas que estão nessa polêmica são residentes do centro da cidade de Bissau, onde fica a lagoa, mas aquele silêncio e os sons relaxantes da natureza, como os cantos dos pássaros, o barulho da água e o sopro do vento na Lagoa pertenciam a todos que, em algum momento, foram à Lagoa M'batonha, se sentiram encantados pela sua beleza. Para outros autores, os conflitos socioambientais são conflitos que envolvem grupos sociais. Um exemplo deste tipo de conflito pode ser visualizado nas práticas extrativistas, como a mineração, que são contrárias às políticas de preservação. Aqui, cada uma dessas forças possui visão distinta sobre meio ambiente e de acesso aos recursos naturais ao seu redor.

Para C6 (2020), no caso da Guiné-Bissau, os conflitos frequentemente que ocorrem entre grupos sociais e, na maioria das vezes, estão relacionados à posse da terra. Isso porque a maioria da população da Guiné-Bissau vive dos recursos naturais e dos ecossistemas para suas necessidades diárias. No entanto, em alguns casos, esses conflitos também estão relacionados a interesses econômicos, quando um governante utiliza a sua força e poder para apropriar-se de espaço que não lhe pertence. Silva (2022) mostra que, nos últimos tempos, a Guiné-Bissau registou vários conflitos sobre a posse de terra, alguns dos quais acabaram por resultar em perdas de vida de muitas pessoas. Por isso, compreendemos que, quando os conflitos entre grupos e projetos se transformam numa disputa envolvendo seres humanos por recursos naturais ou um espaço, então podem ser vistos como conflito socioambiental, como é o exemplo da Lagoa de M'batonha.

Uma das causas geradoras desse conflito socioambiental na Lagoa M'batonha tem a ver com a construção de três infraestruturas pelo governo, que são uma escola corânica, uma mesquita e um centro de saúde que iriam beneficiar apenas certas comunidades em detrimento de outras que ali viviam. Mas as obras não foram bem quistas. Segundo Lusa (2023), diversas organizações da sociedade civil guineense ficaram revoltadas com o projeto do governo de construir essas instituições na Lagoa M'batonha.

Para Dans6 (2023) e Indjai (2023), tudo começou no final do ano de 2022, no dia 30 de dezembro, com os flagras de caminh6es a descarregar pedras no parque da Lagoa M'batonha. No dia 02/01/2023, mais de 11 organiza66es da sociedade civil guineense solicitaram esclarecimento ao presidente da C6mara Municipal de Bissau, Fernando Mendes, e assinaram uma carta aberta de den6ncia p6blica contr6ria ao descarregamento das pedras, exigindo a retirada imediata do material.

Conforme Cassamá (2023), na carta que foi encaminhada pelas organizações de sociedade civil da Guiné-Bissau para o presidente da câmara municipal de Bissau, eles alegaram que não foi feito um estudo de impacto ambiental. Além disso, afirmaram que o governo atual está praticando um crime ambiental inqualificável contra a Lagoa. Ainda, lembraram que a Guiné-Bissau tem ausência quase total de espaços de lazer e de aprendizagem sobre o ambiente na cidade de Bissau, e a maior ecologia urbana dentro da capital da Guiné-Bissau é a Lagoa M'batonha. Baldé (2023) e Nanque (2024) teceram as falas do presidente da República Umaro Sissoco Embaló durante uma conferência de imprensa realizada no dia 04 de janeiro de 2023, que falou sobre a utilização da Lagoa M'batonha para a construção de uma escola corânica, uma mesquita e um centro de saúde. Segundo estes autores:

Essas três infraestruturas vão ser construídas com o apoio da Turquia. Eles compreendem o valor daquele lugar, mas também observou que o interesse de desenvolvimento se sobrepõe ao interesse ambiental. “Nbatonha não pode ficar naquele lugar pela característica que tem. Vivemos num mundo moderno, é um lugar muito perigoso, tem pessoas que vendem na feira/mercado e correm o risco de serem mordidas por jacarés daquela água. Aqui é capital do país, não podemos ter esse tipo de estrutura no centro do país, isso pode comprometer as visitas internacionais (Baldé, 2023; Nanque, 2024).

Em seguida, houve manifestação do ministro do Ambiente e Biodiversidade da Guiné-Bissau, Viriato Soares Cassamá. De acordo com Sambú (2023), no dia 06/01/2023 Viriato Soares Cassamá declarou que a Lagoa M'batonha é

uma lixeira e não tem nenhuma classificação nem estatuto ambiental, apenas uma classificação poderia atrasar o processo para permitir ao governo acionar um conjunto de mecanismos para desqualificá-la, porém o governo é soberano e vai avançar. A nossa lei é flexível e, no decorrer da obra, o estudo pode ser realizado e acompanhado pela autoridade de avaliação ambiental competente e pela inspeção do ambiente (Sambú, 2023).

Assim, membros do governo consideraram legal a construção dessas três infraestruturas na Lagoa M'batonha; um deles, inclusive, acredita que o espaço é só um lugar de descarregar lixos. Assim, as aves, répteis, anfíbios e, outros ecossistemas da Lagoa, seriam perigosos para turistas e vendedores do mercado popular no centro da cidade, e que o país precisaria se desenvolver. Pois, nas suas perspectivas, estaríamos vivendo num “mundo moderno” que exige mudança, mesmo que esta afete o próprio meio ambiente. Como resume João Rua (2007), o desenvolvimento continua a ser considerado como um processo (natural) que cria o novo, destruindo o velho, e em que o declínio e a destruição são parte de um ciclo. Na figura que segue está o processo de aterramento, escavação e destruição da lagoa.

**Imagem 3** - Parque Europa Lagoa de M'Batonha, Bissau, destruição de 2023



Fonte: Baldé (2023).

**Imagem 4** - Parque Europa Lagoa de M'Batonha, Bissau, jacaré sem teto, depois da destruição do seu habitat



Fonte: Baldé (2023).

Pelas imagens, fica evidente que, infelizmente, não foi realizado nenhum estudo prévio na Lagoa M'batonha durante esse intervalo de tempo, o que contrasta com a preocupação de alguns ambientalistas. Pois, caso contrário, os construtores teriam a mínima ideia da destruição causada pelas construções.

O presidente da República afirmou que o país precisa se desenvolver, sendo assim, acreditamos que o desenvolvimento é interesse de todos os guineenses, mas também sem esquecer que o desenvolvimento é um pensamento ocidental neoliberal e colonizador, que caracteriza as sociedades em função dos desenvolvidos e não desenvolvidos. No caso desse espaço, podemos notar que, quando o governo menciona a construção das infraestruturas, pensando no desenvolvimento, está diminuindo o tempo de vida dos seres vivos e não vivos

que ali habitam. Portanto, estão contribuindo para uma devastação perigosa e mudanças climáticas.

O governo colocou o interesse da comunidade islâmica acima das outras comunidades. Sabemos que os muçulmanos costumam utilizar a mesquita para as orações, e a escola corânica é utilizada para pessoas que praticam islamismo. Bem, a Guiné-Bissau é um país laico, portanto construir uma escola corânica, mesquita e um centro de saúde para um segmento da população nas zonas consideradas sagradas para outros segmentos da população não é uma ação justa. Precisamos respeitar a lei de base do ambiente, a religião do outro povo, e deixar todos no mesmo pé de igualdade, e cuidar desses lugares naturais, preservar, e não consumir mais e mais. Precisamos respeitar os limites e cuidar da natureza, sabendo que a crise climática é real.

#### **4 ANÁLISE DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA LAGOA DE M'BATONHA**

A construção de escola corânica, mesquita e centro de saúde na Lagoa M'batonha gerou diversas visões contrárias, sobretudo das organizações de sociedade civil da Guiné-Bissau, alguns moradores do centro da cidade, ambientalistas e comunidades tradicionais, Pepeis, entre outros, que consideram essas construções ilegais.

De acordo com Cassamá (2023) e Nanque (2024), a sociedade civil da Guiné-Bissau, entre outros mencionados acima, organizou manifestação em favor da Lagoa M'batonha. E muitas pessoas saíram às ruas exigindo ao governo e à Câmara Municipal de Bissau a suspensão imediata da obra na Lagoa M'batonha. Segundo esses autores, na manifestação, algumas pessoas carregavam cartazes com escrita em língua crioula: “*kano mata M'batonha, M'batonha i no pulmões*” (não matem M'batonha, M'batonha é o nosso pulmão).

Cassamá (2023) e Lusa (2023) sublinharam que os ambientalistas e ecologistas caracterizaram a destruição do parque, em Bissau, como um ataque ao meio ambiente, acusando as autoridades de abuso de poder. Por isso, lançaram uma petição pública para salvar o Parque da Lagoa M'Batonha. Aqui está a fala do Francisco Gomes Wambar, diretor executivo da Organização para Defesa e Desenvolvimento das Zonas Húmidas. Conforme Cassamá (2023), no dia 04/01/2023, Francisco Gomes Wambar diz o seguinte: “é uma lagoa que recebe a água que vem das partes mais altas daqueles bairros. Por isso, pedimos a ponderação por parte das autoridades competentes, em caso de a lagoa ser dessoterrada, haverá outras consequências,” (Cassamá, 2023). Além disso, no dia 11/01/2023, dois alunos comentaram o seguinte sobre a lagoa,

Uma zona húmida como aquele lugar é de interesse, não só nacional, mas também de interesse ambiental. A Guiné-Bissau tem muitos lugares que podiam ser aproveitados para a construção, não estou de acordo com os atos que estão a fazer em M'batonha, por ser um lugar onde vivem outros seres vivos e esses seres vivos, com certeza, não terão lugar onde possam ficar (Dansó, 2023).

Ampa (2023) e Nanque (2024) afirmam que os líderes religiosos Pepeis, em representação das *katanderas*, realizaram a conferência de imprensa, com transmissão ao vivo na TGB (televisão da Guiné-Bissau) e em alguns canais de comunicação, rádios e redes sociais de alguns influenciadores digitais do país, pedindo respeito para os povos Pepeis, como sendo a primeira etnia a habitar o território de Bissau. Afirmam que esse ataque não é dirigido somente à lagoa M'batonha, mas também à etnia Pepel, que lutaram contra os brancos que queriam tomar seus territórios. As duas imagens ilustram o momento exato das manifestações.

**Imagem 5** - Aqui temos ambientalistas com alguns grupos de pessoas



Fonte: Cassamá (2023).

**Imagem 6** - Coordenador da organização tradicional de Pepeis



Fonte: Ampa (2023).

Assim, esses manifestantes consideraram ilegal o projeto de governo de construir três infraestruturas num espaço natural de grande acesso, tanto para as pessoas quanto para aves e outros animais que utilizam a lagoa para a sua moradia. Para eles, a construção das obras geraria consequências ambientais. Neste caso, podem ocorrer vários riscos, como agressão à biodiversidade, deslocamento de espécies como aves e crocodilos, perda de única zona úmida no centro da cidade, perda de espaço social, de lazer, impacto no turismo, até possíveis conflitos entre a comunidade tradicional Pepeis e comunidade islâmica.

Para Little (2001), muitas sociedades tradicionais mantêm lugares sagrados que orientam sua cosmologia, seus ritos e práticas ambientais e que, em muitos casos, estão diretamente vinculados aos mitos de origem do grupo. Quando outros grupos sociais, procedentes de outros lugares, tentam explorar esse lugar para seus recursos naturais, surgem conflitos a respeito do valor dado àquele lugar. Enquanto as identidades territoriais de Estados-nações representam outro tipo de lugar sagrado. E, nesses lugares, muitas vezes o conflito ambiental está marcado por interesses pela apropriação da natureza como fonte de riqueza e suporte de práticas produtivas (Leff, 2011).

Segundo Cassamá (2023), em respostas às manifestações, o presidente da Guiné-Bissau Umaro Sissoco Embaló argumentou o seguinte,

Não compreendo os motivos de tanta contestação, quanto houve obras na Catedral de Bissau, sem registo de nenhum protesto. As obras atrás da Sé Catedral de Bissau decorrem há mais de 30 anos. Não houve nenhum movimento que estamos a assistir hoje. Portanto, aquela mesquita vai ser construída e as pessoas vão lá rezar, estão a fazer teatro, haverá consequências em caso de alguém ir àquele espaço, as autoridades vão utilizar todos os meios adequados para repor a ordem (Cassamá, 2023).

Assim, fazendo uma análise de discurso do chefe do Estado guineense, podemos inferir que não há responsabilidade, muito menos respeito pelas práticas tradicionais, muito menos uma preocupação com as questões ambientais e os direitos humanos. E isso não é surpresa para a maioria da população guineense. Um exemplo disso é a resposta do presidente ao ser questionado sobre o espancamento do comerciante por homens armados, que ocorreu após ele criticar as normas de acesso ao mercado central de Bissau, anunciadas pelo próprio presidente. Ele respondeu para os jornalistas que: *“é um caso isolado. Existem até nos Estados Unidos. Infelizmente existem [raptos e espancamentos] em todas as partes do mundo. Nós é que encaramos estes casos como se tratasse de bicho de sete cabeças”* (Cassamá, 2023).

As reflexões traçadas até aqui nos levam à seguinte pergunta: O que a Sé Catedral tem a ver com essa polêmica?<sup>6</sup> É de conhecimento comum dos moradores de Bissau que a Sé Catedral se situa no centro da cidade, numa zona residencial, sem ameaças ambientais, fato que difere da construção de uma mesquita, uma escola e um centro de saúde em cima de uma lagoa. Além disso, esse território é pertencente aos Povos Pepéis, conforme narrado na história da Guiné-Bissau. Uma das hipóteses que levantamos é que, como sendo o presidente da República adepto da religião muçulmana, apoia a construção de infraestrutura muçulmana em área não muçulmana.

Portanto, até um certo ponto, podemos afirmar que a construção dessas três obras está ligada ao chefe do Estado guineense. Sabe-se que o governo é soberano em casos da Guiné-Bissau, mas esta soberania não deve pôr em causa o cotidiano da outra comunidade ou povo, limitando-o de seus direitos, pensando na soberania absoluta, manejando tudo como quiser. Como mostra Mbembe (2018), a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Para Mbembe, isso acaba se colocando em suspensão o que realmente almejamos ou queremos dizer quando falamos em democracia.

Melo (2019) sublinha no seu texto *Bissau 2030: Plano de Desenvolvimento Sustentável 2030* que a maior parte do território de Bissau é constituída por zonas úmidas e bolanhas e, durante a estação chuvosa, que começa no mês de maio e termina no mês de outubro, ocorrem enchentes que costumam atingir algumas casas nas zonas periféricas e baixas de Bissau. A figura abaixo ilustra exatamente o estado em que toda a zona baixa do centro de Bissau, junto da Lagoa M'batonha, se encontra depois da sua escavação para a construção das obras.

---

<sup>6</sup> “A Sé de Bissau teve início de construção em 1935, sobre o edifício existente, de expressão medievalista. A obra atual foi projeto do arquiteto João Simões (de 1945), com a colaboração do arquiteto Galhardo Zilhão, e ficou concluída em 1950. Há referência a remodelação do edifício pelo arquiteto Lucínio Cruz. A igreja está sobrelevada e um pouco recuada relativamente à avenida para criar uma pequena praça. A Sé exprime uma feição tradicionalista na sua arquitetura, de evocação neoromânica "modernizada". Conhece-se uma referência a um primeiro projeto, por Vasco Regaleira, para a Sé Catedral, que o arquiteto Paulo Cunha teria considerado demasiado complexo para ser executado” (José Manuel Fernandes e Manuel Teixeira, ANO).

**Imagem 7** - Alagamento nos arredores da Lagoa de M'Batonha



Fonte: Miguel de Barros (2023).

Nesse sentido, observamos que as populações dessas zonas estavam apelando para suas vidas e casas, sabendo que não vai demorar para vir as consequências. Mesmo o governo sabendo dessas consequências, não fez algo; no entanto, seguiu com a construção, sem fazer nenhuma avaliação ambiental, como foi orientado no artigo 32.º, número 01, da Lei de Bases de Avaliação Ambiental, a qual mostra que,

os planos, projetos, programas, trabalhos e ações que possam afetar o ambiente e a qualidade de vida das pessoas, quer sejam da responsabilidade e iniciativa de um organismo da administração central, regional ou local, quer de instituições públicas ou privadas, devem respeitar as preocupações e normas desta lei, bem como da lei de avaliação ambiental e terão de ser acompanhados de um estudo de impacte ambiental (Boletim Oficial, 2011, p. 10).

Não existem mais zonas úmidas nas baixas de Bissau. O único sobrevivente era o espaço M'batonaha, conhecido como um lugar sagrado para os Pepeis, um lugar ativo de grande importância ecológica. Hoje é um elemento divergente dentro da sociedade guineense. As duas imagens abaixo foram fotografadas pela minha irmã Nuna Nunes Correia no ano de 2025. Elas mostram a Lagoa M'batonha aterrada e uma das obras construídas (a mesquita).

**Imagens 8 e 9 - Lagoa aterrada e a mesquita**



Fotos: Nuna Nunes Correia (2025).

## **5 PROPOSTAS PARA MITIGAÇÃO E RESOLUÇÃO DO CONFLITO**

Na Guiné-Bissau existe a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 1/2011, que garante proteção dos recursos naturais e de sua utilização a nível nacional. Segundo o boletim oficial de 2011, do artigo 04,

Todas as pessoas têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incluindo Estado, por meio de organismo próprio e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida do individual e coletiva (Boletim Oficial, 2011, p. 4).

Por isso, antes mesmo de utilizar qualquer espaço natural ou área protegida que seja, é obrigatória a realização de um estudo de impacto ambiental. Pois só assim saberá até que ponto

a intervenção pode ou não causar efeitos negativos. Além disso, de acordo com o Plano de Ação para a Biodiversidade na Guiné-Bissau (2000), as zonas úmidas e as zonas costeiras compõem uma área muito significativa do país, possuindo uma riqueza e poder ecológico que possibilitam diversos recursos e serviços dos ecossistemas.

Algumas dessas riquezas são classificadas como sítios Ramsar. São ricas e produtivas, sendo essencialmente importantes para a alimentação de espécies de aves. A Lagoa M'batonha não faz parte de sítio Ramsar, mas, como mostra Mendonça (2024), desempenha a função de regulação do clima local e absorção da água, prevenindo inundações e melhorando a qualidade do ar, na preservação de espécies importantes para manutenção da vida, como ciclo de nutrientes, além de evitar enchentes sobre aquela comunidade onde está localizada.

Melo (2019) lembra que as zonas úmidas que cercam Bissau desempenham um papel fundamental na redução de inundações. Toda a zona de baixa de Bissau era coberta de mangues e lagos de repouso e de alimentação para inúmeras aves. A assolação de mangais para fins agrícolas, a urbanização e a construção de novas infraestruturas têm sido efetuadas a diferentes formações vegetais e habitats de grande valor ecológico. Ainda salienta que as zonas costeiras de baixa altitude de Bissau sinalizam-se como um indicador de fragilidade física.

Bem, esse lugar é socioambiental, uma vez que, além de ter esses biomas e valores socioambientais, também carrega outro valor, que é cosmológico. Não é um lugar que envolve visões que são cosmologicamente distintas, ou uma cosmologia mais ocidental modernizadora capitalista que se baseia na propriedade privada dos meios de produção, mas sim uma cosmologia que está ligada a uma tradição milenar dos Pepeis, que é transmitida de geração para geração.

Segundo Nanque (2024), os Pepeis costumam frequentar a lagoa M'batonha para fazer os seus rituais a cada ano. As mulheres Pepeis que são consideradas katanderas vão à lagoa para afirmar os seus compromissos com seus ancestrais. Assim, percebemos que os Povos Pepeis vêm à lagoa M'batonha como estrutura do mundo, em que a natureza, a cultura e sociedade estão estritamente conectadas. Isso, de uma forma implícita, nos ensina a ver a importância desses elementos que nos cercam como parte da estrutura do mundo e, portanto, cultivar uma ligação entre nós e esses elementos.

Durante muito tempo, os teóricos ligados ao que chamamos de evolucionismo social inferiorizavam os povos tradicionais, dizendo que eles olham as coisas de forma mágica sobre a natureza. Usavam isso como a forma de inferiorizar esses povos. Então, nós precisamos olhar o mundo, ou seja, a natureza, com esse olhar mágico, e sem dispensarmos um tratamento muito mais respeitoso com a natureza como povos tradicionais.

Naiane Jesus Pinto (2019), no seu artigo *Território falante: uma escrevivência das experiências e reexistências do quilombo Dom João*, faz uma abordagem que se aproxima muito dessa visão. Para ela, o território não é apenas terra, não é só um centro de produção, é uma relação de pertencimento cultural e ancestral. E, para os povos e comunidades tradicionais, suas relações com a terra são determinadas pelo uso tradicional dos recursos naturais, ou seja, um lugar onde produzem e reproduzem seus modos de vida, enaltecendo suas culturas, seus saberes.

A semelhança disso, o povo Pepel não vê uma finalidade econômica na Lagoa M'batonha como o Estado a vê.<sup>7</sup> A finalidade econômica dos Pepeis está compreendida numa cosmovisão muito mais abrangente, que envolve a religião, a cultura, modo de vida e modo de pensamento. Nessa concepção, a lagoa de M'batonha passa a ser um espaço de resistência, cuja grandeza não é só na perspectiva histórica, religiosa, cultural, mas também ecológica.

Assim, percebemos que a importância da lagoa vai além do equilíbrio ecossistêmico, agregando aspectos culturais e sociais dentro da sociedade guineense. Era um recinto de troca de conhecimento e saberes entre diferentes públicos que o frequentam direta e indiretamente. A sua manutenção em 2016 pela União Europeia, transformando-a num parque de diversão de grande acesso para a população guineense, contribuiu muito para a saúde e bem-estar físico das pessoas.

A discussão apresentada nos fornece suporte para entender que a Lagoa M'batonha é um lugar que envolve elementos ambientais, culturais, religiosos e políticos. Então o que ocorre aqui na lagoa é um racismo ambiental, desconsiderando os Papéis e apagando os relacionamentos dos povos étnicos com o lugar, também, de grande parcela da população guineense, para transformar esse lugar numa instituição privada para muçulmanos. Isso pode ser considerado um ato de injustiça ambiental.

Segundo Escobar (2015), justiça ambiental é um conjunto de princípios e práticas que favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares. Elas devem ser protagonistas nas construções do modelo alternativo de desenvolvimento que assegure a democratização do acesso a recurso ambiental e à sustentabilidade do seu uso. Neste caso, não existe o modelo alternativo proposto pelo Estado guineense (atual governo), que seria, em primeiro lugar, um diálogo com o Povo Pepel,

---

<sup>7</sup> Quando eu afirmo que o Estado da Guiné-Bissau vê a finalidade econômica na Lagoa M'batonha é porque as duas instituições escola e hospital para ter a acesso tem que pagar um valor, menos a mesquita. Na Guiné-Bissau, as escolas públicas e hospitais costuma ser cobrados um valor simbólico.

considerando a sua cosmologia. Ao mesmo tempo, não há permanência desse recurso ambiental e a sustentabilidade do seu uso.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma certa escolha do Estado pelo desenvolvimentismo acaba criando vários problemas ambientais e sociais. Um desenvolvimentismo que acaba não levando em conta as situações específicas de outros povos e quer impor certos modelos para a sociedade, sem pensar nas consequências. O governo poderia criar maneira de evitar que essa construção de infraestrutura no espaço natural, cultural, socioambiental aconteça, mas apostou no conflito em primeiro lugar para utilizar as suas forças. O próprio conflito já é uma coisa complexa em si.

Analisar o que vem correndo na Lagoa M'batonha é bem lamentável. Nessa concepção, a lagoa M'batonha passa a ser um espaço de resistência, cuja grandeza não é só na perspectiva histórica, religiosa, cultural, mas também ecológica. Uma coisa é certa: nós precisamos de alguma forma de um modelo de desenvolvimento. No entanto, em primeiro lugar, o próprio governo tem que entender por que aquele território é importante ou a questão religiosa num espaço é tão relevante. O mundo depende dessa estrutura em equilíbrio. A perda de Lagoa M'batonha, que testemunhamos hoje, representa o apagamento da cultura Pepel e uma vitória do capitalismo, que seu auge está transformando o planeta com tantas forças.

A população guineense é grande, precisamos alimentá-la, precisamos que as pessoas tenham acesso a água potável, habitação, serviço de saúde. Sabemos o custo que existe, o quanto é difícil para as pessoas viverem em condições em que não há acesso a esses tipos de serviços. Em relação a esses progressos, eles são bem-vindos e são necessários, só aumentam expectativa de vida, o que traz mais conforto. Tudo isso é importante, mas existe outro caminho, existe outro meio sem sacrificar aquilo que nós já temos, em termos de biodiversidade, e garantir a permanência desse recurso ambiental, a sustentabilidade do uso dele.

Porém, o capitalismo, sendo forte, colocou tudo num lugar inóspito à vida. Transformou M'batonha em um lugar em que a vida está se tornando cada vez mais rara. A cada dia, as espécies desaparecem. Também a alta poluição, a temperatura que está aumentando cada vez mais, o aquecimento global, são situações que nos instigam a certas reflexões inadiáveis, que é a falta de cuidado de certos grupos humanos que sempre querem mais, mais e mais. Algumas pessoas que se opunham à construção da Lagoa M'batonha não eram apenas os moradores do centro da cidade. A fauna, flora e toda água na Lagoa não pertenciam somente aos moradores,

aos Pepéis, à sociedade civil da Guiné-Bissau e ambientalistas. Pertenciam a todos. Ou seja, o movimento de proteger M'batonha tem a ver com a cuidado pela preservação da vida no planeta diante da catástrofe ecológica em curso. Em M'batonha, temos hoje mais três infraestruturas e uma lagoa a menos em Bissau. Por isso, temos hoje menos vida em Bissau.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: *Conflitos Ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALIMO, Mamado. **Caraterização e funções ecológicas do Parque Europa Lagoa de N'batonha TINIGUENA**. Disponível em: <https://tiniguena-etn.org/caraterizacao-e-funcoes-ecologicas-do-parque-europa-lagoa-nbatonha>. 2023. Acesso em: 04/05/2025. 2023.

**AMBIENTAIS NA GUINÉ-BISSAU: Causas e Consequências da Destruição do Parque Europa Lagoa de N'batonha**. Revista GEOMAE. 2024.

AMPA Aguinaldo. **Caso Parque Nbatonha: Batista Té Exorta autoridades a dialogar com a família Nbatonha**. Jornal Democrata. 2023. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=42460>. Acesso em: 20/05/2025

BALDÉ, Mussá. **Parque m'batonha: interesse de desenvolvimento sobrepõe-se ao interesse ambiental**. rfi. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica/20230104-parque-mbatonha-interesse-dedesenvolvimento-sobrep%C3%B5e-se-ao-interesse> 2023. Acesso em: 09/01/2025

BARROS, Miguel. Miguel de Barros: **Zona circundante ao Parque Urbano Lagoa de Nbatonha, depois de duas horas de chuva**. Consequência de ocupação de um importante zona húmida com função de esponja (absorção da água) e mitigação das inundações. Disponível em: [https://x.com/debarros\\_miguel/status/1670721242519724032?lang=bn](https://x.com/debarros_miguel/status/1670721242519724032?lang=bn). Acesso em: 19/08/2025.

BENZINHO, J.; ROSA, M. **Guia turístico: a descoberta da Guiné-Bissau**. 3. ed. Portugal: Afectos com Letras, 2015.

BIAI, Nem. **Educação Ambiental na Guiné-Bissau: Contrastes entre a realidade e a percepção dos problemas ambientais pelos guineenses**. 2019.

BOLETIM, Oficia. 2011.

CÓ, Heloise Tuila costa. **Proposta de Educação Ambiental para a Guiné Bissau**. 2020

CASSAMÁ, Lassana. **N'batonha, em Bissau: Força de ordem dispersam ambientalistas em vigília**. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/parque-n-batonha-em-bissau-para-de-ordem-dispersam-ambientalistas-em-vigilia-6905549.html>. 2023. Acesso 07/09/2025.

CASSAMÁ Lassana. **Parque N'batonha, em Bissau: Forças de ordem dispersam ambientalistas em vigília.** VOA Português. Disponível em: 023.Acesso em: 04/06/2025.

CASSAMÁ Lassana. **Ecologistas lançam petição para salvar o Parque da Lagoa de N'batonha.** VOA Português. Disponível em: [https://www.voaportugues.com/a/bissau-ecologistaslan%C3%A7am\\_peti%C3%A7%C3%A3o-para-salvar-o-parque-da-lagoa-de-n-batonha/6903488.html](https://www.voaportugues.com/a/bissau-ecologistaslan%C3%A7am_peti%C3%A7%C3%A3o-para-salvar-o-parque-da-lagoa-de-n-batonha/6903488.html) 2023. Acesso em: 25/01/ 2025.

CASSAMÁ Lassana. **Sissoco Embaló ameaça repressão a manifestação contra destruição do Parque da Lagoa de N'batonha.** VOA Português  
Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/umaro-sissoco-embal%C3%B3-amea%C3%A7a-com-repress%C3%A3o-manifesta%C3%A7%C3%A3o-contra-destrui%C3%A7%C3%A3o-do-parque-da-lagoa-de-n-batinha-/6904419.html>. 2023. Acesso em: 10/03/2025.

**COPYRIGHT © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Câmara Municipal de Bissau. 2019**

DANSÓ Iancuba Bissau: **É o fim da polémica em torno da lagoa de M'batonha?** DW África. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-%C3%A9-o-fim-da-pol%C3%A9mica-em-torno-da-lagoa-de-mbatonha/a-64348751> 2023. Acesso em: 06/09/2025.

GUINÉ-BISSAU - P168627. **Reforço da Capacidade do Quadro Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental e Social.** 2019

INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP). **Estudo sobre as espécies de aves na Lagoa de M'batonha.** (2022).

INDJAI Mamadin, Guiné-Bissau: **Sociedade Civil denuncia “crime ambiental” na Lagoa de N'batonha.** E-Global. Disponível em: <https://eglobal.pt/noticias/lusofonia/guine-bissau/guine-bissau-sociedade-civil-denuncia-crime-ambiental-na-lagoa-de-nbatonha/>. 2023. Acesso em: 09/06/2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. “Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais”. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.* São Paulo: Cortez (2000): 87-155.

LEFF, Enrique. “Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental”. *Olhar de professor* 14.2 (2011): 309-335.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, M. (Org.) **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

LIMA, Fátima. **Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault y Achille,** 2018.

LUSA Guiné-Bissau: **organizações contra destruição ambiental.** DW África. Disponível em: [https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau\\_organiza%C3%A7%C3%B5es-](https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau_organiza%C3%A7%C3%B5es-)

contra-destruído-de-parque ambiental/a-64269438, 2023. Acesso em: 06/09/2025.

GUINÉ-BISSAU. **Programa de Nações Unidas para Desenvolvimento Projeto GBS/97/G31/1G/9** - “Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade. 2000

MBEMBE. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** 70.spe (2018): 20-33.

MELO, Luiz Silva. **Bissau 2030 Plano De Desenvolvimento Sustentável 2019**.

MARTINEZ-Alier, J. (2015). **The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation**. Edward Elgar Publishing.

MONTE-ACE. **Parque Europa - Lagoa N'batonha**. 2016. Disponível em: [https://www.montace.pt/site/VFVF\\_MONTE\\_KCKP\\_NBatonha.pdf](https://www.montace.pt/site/VFVF_MONTE_KCKP_NBatonha.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025

MENDES, Calustre Jorge N. **O primeiro parque urbano em Bissau: Um estudo sobre a avifauna e as percepções sociais do parque e das aves**.2021.

MENDONÇA Irineia Fernandes Tavares e NUNES Reginaldo de Oliveira. DESAFIOS AMBIENTAIS NA GUINÉ-BISSAU: Causas e Consequências da Destruição do Parque Europa Lagoa de N'Batonha. **Revista GEOMAI**. 2024

NANQUE. Adelino. **Nbatonha: a luta das katanderas em defesa de tchon de Pepel**. 2024 União das cidades capitais de língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.uccla.pt/noticias/camara-de-bissau-propoe-gestao-partilhada-do-parque-mbatonha>, 2024. Acesso em: 03/02/2025.

PLANO de Ação para a Biodiversidade na Guiné-Bissau. **Programa de Nações Unidas para Desenvolvimento Projeto GBS/97/G31/1G/9** - “Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade. 2000.

PINTO, Jesus, Naiane. Território falante: **Uma escrivência das experiências e (R)existências do Quilombo Dom João**. 2019.

PINTO, Marcia Freire, et al. “Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território.” **Gaia Scientia** 8.2 (2014): 271-288. zação e em diversas partes do mundo.

PORTO, Marcelo Firpo, e BRUNO Milanez. "Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental”. **Ciência & saúde coletiva** 14 (2009): 1983-1994.

RUA, João, Rogério Ribeiro de Oliveira, and Alvaro Ferreira. **Paisagem, Espaço e Sustentabilidade: uma perspectiva multidimensional da geografia**. Rio de Janeiro: Ed. PUC (2007): 7-32.

SAMBÚ. Filomeno Ministro do ambiente: “M'batonha é uma lixeira e não tem nenhuma classificação nem estatuto ambiental”. **Jornal Democrata**. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=42389>. 2023. Acesso em: 8 mar. 2025.

SILVA, Michelle Jaber da, and Michèle Tomoko Sato. “Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso-Brasil” **Ambiente & Sociedade** 15 (2012): 1-22.

SANTOS, Caio Floriano dos; GONÇALVES, Leonardo Dorneles; DA SILVA MACHADO, Carlos Roberto. Educação ambiental para justiça ambiental: dando mais uns passos. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 1, p. 189-208, 2015.

SILVA, Turé. **Conflito de posse de terra**: Plantação de Caju é um dos Principais Fatores. Disponível em: <https://radiosolmansi.net/index.php/News/conflito-de-posse-de-terra-plantacao-de-caju-e-um-dos-principais-fatores.html>. 2022. Acesso em: 8 maio 2025.